



**ESTADO DO AMAZONAS  
PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE APUÍ**



**PARECER CONJUNTO Nº 047/2025 – CLJRF/CFO/CASES**

**ASSUNTO:** Projeto de Lei Municipal Nº 023/2025, de 17 de novembro de 2025.

“RECOMENDA-SE AO PLENÁRIO A APROVAÇÃO DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 023/2025, QUE “DISPÕE SOBRE A INCORPORAÇÃO DA REGÊNCIA DE CLASSE AO VENCIMENTO BASE DOS TITULARES DO CARGO DE PROFESSOR DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO”.

**I – RELATÓRIO**

**Senhor Presidente,  
Senhores Vereadores,**

Nos termos regimentais, deu entrada nas Comissões de Legislação, Justiça e Redação Final; Finanças e Orçamento e Assistência Social, Educação e Saúde, através do **Memorando 074/2025 – CMA**, encaminhando a **MENSAGEM Nº 025/2025 – GP**, anexo ao Projeto de Lei Complementar Municipal Nº 023, de 17 de novembro de 2025 que “Dispõe sobre a incorporação da regência de classe ao vencimento base dos titulares do cargo de Professor da rede municipal de ensino”, para fins de análise e emissão de Parecer Final.



**ESTADO DO AMAZONAS  
PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE APUÍ**



**II – ANÁLISE**

Em reunião conjunta as Comissões de Legislação, Justiça e Redação Final; Finanças e Orçamento e Assistência Social, Educação e Saúde, realizada em 02 de dezembro de 2025, procederam a apreciação do referido Projeto de Lei Complementar Municipal.

Quanto a análise do Projeto, as Comissões verificaram estar em conformidade com os dispostos no art. 74, incisos I, II e IV do Regimento Interno da Câmara Municipal de Apuí, atendendo os princípios da legalidade, jurisdição, constitucionalidade, gramatical, lógico e financeiro do Projeto de Lei Complementar Municipal Nº 023/2025 de autoria do Poder Executivo Municipal.

O objetivo do referido Projeto de Lei Municipal é a incorporação da regência de classe ao vencimento base dos titulares do cargo de professor da rede municipal de ensino, em consonância com os princípios constitucionais da educação e com as diretrizes nacionais e municipais acerca do tema.

Em continuidade e conformidade com a Mensagem nº 0025/2025, o referido projeto de Lei vem de encontro aos anseios dos Professores da Rede Municipal de Ensino, visando a melhora das condições do ensino e valorização da classe. Desse modo, com a incorporação da Regência de Classe, os valores incorporados passaram a integrar o vencimento base do professor, com reflexos nas demais verbas vinculadas ao cargo, tais como, licença-prêmio, 13º salário, férias e 1/3 de férias.

De acordo com o Parecer Jurídico nº 031/2025 – PROC/JUR/CMA, o referido Projeto de Lei Municipal está nos moldes da legalidade e constitucionalidade. Ressaltou a necessidade de resguardar o direito de revisão anual do vencimento-base da referida classe.

Desta forma e após análise da propositura em tese, os membros das Comissões supramencionadas deliberaram por unanimidade pela aprovação do Projeto de Lei Municipal Nº 023, de 17 de novembro de 2025 que “Dispõe sobre a incorporação da regência de classe ao vencimento base dos titulares do cargo de



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PODER LEGISLATIVO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE APUÍ**



Professor da rede municipal de ensino”, com a seguinte ressalva da inclusão dos seguintes artigos ao Projeto de Lei Municipal N° 023, de 17 de novembro de 2025:

“Art. 4º É vedada a absorção, compensação, substituição ou redução dos percentuais incorporados referentes à Gratificação de Regência de Classe quando a aplicação dos reajustes decorrentes da atualização anual do Piso Salarial Profissional Nacional do Magistério, devendo o reajuste do piso ser aplicado integralmente, independentemente da incorporação ora concedida.

Art. 5º A incorporação da gratificação de Regência de Classe ao vencimento-base dos profissionais do Magistério municipal não poderá, em nenhuma hipótese, ser utilizada para justificar a não aplicação do reajuste anual do Piso Nacional do Magistério, previsto na Legislação Federal vigente.

Art. 6º O reajuste anual deverá incidir sobre o vencimento-base já incorporado, garantindo-se a valorização contínua da carreira.

Parágrafo Único. Qualquer ato administrativo que tente compensar, substituir ou reduzir o reajuste anual obrigatório em razão da incorporação será considerado nulo de pleno direito.”

### **III – CONCLUSÃO**

Com fundamento nas considerações precedentes deste Parecer, **é que RECOMENDAMOS** ao Plenário a **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei Complementar Municipal N° 023 de 17 de novembro de 2025 que “Dispõe sobre a incorporação da regência de classe ao vencimento base dos titulares do cargo de Professor da rede municipal de ensino”.

Recomenda-se a alteração da redação de Lei Complementar para Lei Ordinária.

#### **É o Parecer**

SALA DE REUNIÕES DAS COMISSÕES PERMANENTES DA CÂMARA MUNICIPAL DE APUÍ, EM 02 DE DEZEMBRO DE 2025.

#### **COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL:**



**ESTADO DO AMAZONAS  
PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE APUÍ**



**Votos favoráveis**

Presidente Ver. Éber José da Silva \_\_\_\_\_

Relator Ver. Adílio Antônio de Lima \_\_\_\_\_

Membro Ver. Juvenal Belo da Hora \_\_\_\_\_

**COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO:**

**Votos favoráveis**

Presidente Ver. Jonas Neves de Castro \_\_\_\_\_

Relator Ver. Marcos Antônio Alves Lima \_\_\_\_\_

Membro Ver. Éber José da Silva \_\_\_\_\_

**COMISSÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, EDUCAÇÃO E SAÚDE:**

**Votos favoráveis**

Presidente Ver. Adílio Antônio de Lima \_\_\_\_\_

Relator Ver. Daniel Nonato Paz \_\_\_\_\_

Membro Ver. Jonas Neves de Castro \_\_\_\_\_